

O ENSINO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA: REVISÃO DA LITERATURA

Elaine Caroline de Macedo¹

Fernanda Fernandes Gurgel²

RESUMO

Avaliar é necessário em diferentes contextos de atuação do psicólogo, pois fornece informações preciosas sobre o(s) sujeito(s), que contribuem para uma atuação mais refinada e precisa. Por isso, o objetivo deste artigo foi revisar os estudos brasileiros que versam sobre o ensino da avaliação psicológica durante a graduação. Identificaram-se publicações nessa temática no país, a partir dos quais se conclui que a formação na área, mesmo após um período de reformulações nas diretrizes de ensino, ainda é deficitária. Aos alunos de graduação parece faltar conhecimentos que lhes possibilitem ponderar em que circunstâncias uma avaliação deve ser realizada, quais os melhores instrumentos a utilizar em cada caso e como interpretar, de forma contextualizada, os dados obtidos por meio da avaliação. Essa é uma habilidade prevista nas diretrizes curriculares, que precisa ser, de fato, desenvolvida durante o período de graduação e atualizada por meio de formação continuada. Somente assim os psicólogos poderão sair das universidades em condição de realizar processos avaliativos adequados e de fornecer diagnósticos e prognósticos seguros.

Palavras-chave: Ensino. Avaliação psicológica. Graduação. Formação. Psicólogos.

THE TEACH OF PSYCHOLOGICAL EVALUATION DURING PSYCHOLOGY UNDERGRADUATE: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

Evaluation is necessary in different contexts psychologist because it provides valuable information on the subject that contribute to a more refined and accurate performance. Therefore, the purpose of this article was to review the Brazilian studies that deal with the psychological evaluation of education during graduation. Publications were identified in this subject in the country, from which it follows that the formation of professional in the field, even after a period of reformulations in educational guidelines, is still insufficient. To undergraduate students seem to lack knowledge that enable them to consider in what circumstances an assessment must

¹ Acadêmica do Curso de Especialização em Avaliação Psicológica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: elainemacedopsi@hotmail.com

² Professora Orientadora do Curso de Especialização em Avaliação Psicológica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: fernandafgurgel@hotmail.com

be performed which are the best instruments to be used in each case and how to interpret, in context, the data obtained through the evaluation. This is an expected skill in curriculum guidelines that must be, in fact, developed during the undergraduate and updated through continuing education. Only then, psychologists will come out of universities in condition to carry out adequate evaluation processes and provide diagnostic and prognostic safe.

Keywords: Education. Psychological assessment. Undergraduate. Formation. Psychologists.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da última década do século XIX, a Psicologia se destacou de outras áreas de conhecimento, como a Psiquiatria e a Filosofia, e deu início ao processo de sua concretização enquanto profissão – a qual foi regulamentada pela Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962. Nesse nascimento, a Psicologia foi especialmente promovida pelas experiências iniciais na área de Avaliação Psicológica (AP) (JOLY et al, 2010). Para afirmar isso, tem-se como exemplos, o uso do Teste de Inteligência de Binet em 1907, em Minas Gerais; a publicação, por Medeiros e Albuquerque, em 1924, do primeiro livro brasileiro sobre testes psicológicos; e a disciplina de Psicologia Experimental e Psicometria, ministrada por Pierón, em 1927, em São Paulo (PIERÓN, 1927, apud NORONHA; REPPOLD, 2010).

Em outro momento, com a disseminação do espírito do pós-guerra e a necessidade da seleção de soldados, um grande entusiasmo se voltou para a produção e a prática em AP (NORONHA; REPPOLD, 2010). Resultado disso é revelado por Noronha, Primi e Alchieri, em publicação de 2004, que mostra que dos 146 testes psicológicos vendidos no Brasil, 52,1% foram produzidos até 1969. Nesta época, a profissão de psicólogo ainda estava sendo formalizada no País, mas as experiências iniciais em AP criaram expectativas de que o seu desenvolvimento seria próspero.

Entretanto, entre as décadas de 1960 a 1970 a AP teve um declínio quando a qualidade do ensino e a qualidade do material editorial produzido se tornaram muito baixas, por falta de professores qualificados no país. Somado a isso, os testes passaram a ser arduamente criticados e a ter o uso minimizado diante da popularização das abordagens humanista e dialética na compreensão do ser

humano. Em decorrência, o desenvolvimento da área ficou estagnado por quase três décadas (JOLY et al, 2010).

Nesta época, as severas críticas aos testes psicológicos - um dos principais instrumentos utilizados pela categoria – se deveram ao fato de que muitos deles eram tão somente traduções de testes construídos em outros países e não apresentavam estudos empíricos de validade para a população brasileira. Então, na década de 80, aumentaram os esforços para adaptação e construção de testes psicológicos; surgiram cursos de especialização na área de AP (JOLY et al, 2010; PRIMI, 2010;) e laboratórios específicos para o ensino, pesquisa e desenvolvimento de instrumentos, além da organização de eventos científicos da área (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007). Como resposta a esses esforços, surgiu o Sistema de Avaliação Psicológica (SATEPSI), implantado em 2003 e proposto com o objetivo de qualificar os instrumentos usados pelos psicólogos (CFP, 2011).

Esse trabalho de regulamentação da elaboração, comercialização e uso dos testes, começou a trazer a confiabilidade e adaptabilidade de que os instrumentos psicológicos gozam atualmente, pois estabeleceu critérios básicos e requisitos mínimos que qualquer instrumento psicológico precisa apresentar para ser aprovado. Entre estes critérios estão: fundamentação teórica, evidências empíricas de validade e precisão das interpretações propostas, sistema de correção e interpretação dos escores, descrição clara dos procedimentos de aplicação e correção e manual contendo as informações (CFP, 2001).

Observa-se que, no Brasil, atualmente, a área de testes psicológicos está sendo abordada de uma maneira mais científica, com um número crescente de instrumentos aprovados no SATEPSI e de publicações em revistas científicas – inclusive fazendo uso de métodos mais avançados como, por exemplo, a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e Análise Fatorial Confirmatória. Em termos de avanços tecnológicos também se encontram exemplos de testagem informatizada e confecção de relatórios via web já disponíveis para testes comercializados (NORONHA; ALCHIERI, 2004; PRIMI, 2010). Em termos de espaços de inserção da AP no Brasil, frequentemente a vemos sendo utilizada em processos seletivos para empregos, no começo dos processos psicoterápicos, no ambiente escolar, e em decisões judiciais (BALBINOTTI, 2005), o que denota a importância dada à tarefa de avaliar os sujeitos em seus espaços de intersecção com o seu meio.

Esses indicadores nos mostram um avanço na área nos últimos anos, mas não se pode, com isso, ingenuamente concluir que a AP no Brasil pode ser equiparada à dos países que tradicionalmente saíram na frente da produção e aprimoramento dos instrumentos em AP (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007), pois permanecem algumas dificuldades relacionadas ao exercício na área, como: usar materiais inadequados para os objetivos da avaliação, fotocopiar as folhas de respostas, usar testes não adaptados para as diferentes realidades, dificuldade no trabalho com dados estatísticos e pouca criticidade com relação à execução e construção dos instrumentos, levando a atuações inconsistentes e um número alto de processos éticos nos Conselhos da classe (PRIMI, 2010; SOSSAI et al, 2007).

Grande parte dessas dificuldades no exercício profissional em AP deve-se à formação insatisfatória na área (MANFREDINI; ARGIMON, 2010; NORONHA et al, 2004), mesmo transcorridos mais de 50 anos da regulamentação da profissão. As disciplinas em AP ainda não têm conseguido preparar os alunos para a atuação profissional; as instituições de ensino, por sua vez, enfrentam dificuldades de reformular as propostas dos cursos, além do combate cerrado de outras áreas da psicologia em relação aos testes. Tudo isso tem sido abordado pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Psicologia e pelos estudos de revisão, validade e adaptabilidade das técnicas em AP, com o intuito de minimizar as consequências do antigo e limitado modelo de atuação, e também para acompanhar o desenvolvimento da própria ciência psicológica (BRANDÃO, 2007; NORONHA et al., 2005; NORONHA, 2006).

Diante do exposto, para contribuir com o aprofundamento das discussões sobre a área da Avaliação Psicológica no Brasil, o objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão dos estudos nacionais sobre o ensino da avaliação psicológica durante os cursos de graduação em Psicologia no país.

2 MÉTODO

No intento de atingir o objetivo proposto, buscou-se nas bases de dados eletrônicas Scielo, BDTD e Google Acadêmico os estudos realizados sobre o tema do Ensino em Avaliação Psicológica nas graduações em Psicologia no Brasil. Como descritores foram usados os seguintes termos: ensino, formação, avaliação psicológica e graduação, e foram aplicadas suas combinações. Entre os resultados

de busca, foram selecionadas 18 publicações de interesse para este trabalho, os quais foram publicados na última década. Ainda foram utilizadas as cartilhas e resoluções do Conselho Federal de Psicologia que versam sobre Avaliação Psicológica.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O ensino de AP está sendo considerado um tema central na formação do psicólogo porque, muito além de ser uma atividade exclusiva desse profissional, essa é uma peça fundamental para o delineamento da atuação dos mesmos (BRASIL, 1962; NORONHA et al, 2004; NUNES et al, 2012; PRIMI, 2010). A AP é vinculada a diversas correntes epistemológicas e tem como objetivo coletar informações que ajudem na compreensão das pessoas e de suas queixas ou de uma situação-problema, auxiliando o psicólogo em diversos campos de atuação, desde o diagnóstico até o planejamento de uma intervenção (NORONHA; VENDRAMINI, 2003).

Para usar a AP em seu trabalho, basta que o profissional seja formado em Psicologia, como diz o Catálogo Brasileiro de Ocupação produzido pelo Ministério do Trabalho (1992). Ela é especialmente importante no início dos atendimentos, pois permite que o profissional conheça o funcionamento do(s) sujeito(s) com o(s) qual(is) está trabalhando e, por isso, precisa ser feita com muito esmero, já que embasará as futuras intervenções (NUNES et al, 2012). Para tanto, algumas competências são imprescindíveis, como: amplo conhecimento dos processos psicológicos básicos, da Psicopatologia, da Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade; bom embasamento nas teorias psicológicas; “domínio dos instrumentos e estratégias de avaliação e competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los aos problemas e contextos específicos” (CFP, 2007; CNE, 2004; NUNES et al, 2012).

Ao falar em AP, logo a comunidade científica e a civil lembram-se dos testes psicológicos. Isto porque, por muito tempo em sua história, a AP foi associada unicamente à utilização de testes, que são, de fato, instrumentos de uso exclusivo do psicólogo, mas não são únicos, nem suficientes para definir como vai ser a atuação do psicólogo diante de determinada demanda (NORONHA; ALCHIERI, 2004; PRIMI, 2010). Por isso, após muitos movimentos de atualização, a visão que foi se instaurando e que permanece atualmente é a de que a AP deve ser mais

ampla e dinâmica, ou seja, a partir de variadas técnicas, e não só testes, estabeleceu-se um processo de integração de dados e levantamentos de hipóteses sobre “os fenômenos psicológicos que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade” (CPF, 2003), para que a atuação não seja apenas sobre o indivíduo, mas também sobre os condicionantes que levaram à ocasião da queixa. Isto porque o impacto do resultado de uma avaliação é muito significativo na vida das pessoas e nos entendimentos da sociedade (CFP, 2007).

Diante desta moderna perspectiva, que requer forte embasamento teórico e muita atenção em sua prática (NORONHA; ALCHIERI 2004), a AP e está nas Diretrizes Curriculares para a Formação de Psicólogos, como um dos cinco eixos estruturantes que devem guiar a formação desses profissionais para uma atuação comprometida, ou seja, para que se possa servir à sociedade da melhor forma possível. No entanto, os psicólogos brasileiros, especialmente os recém-formados, ainda não tem atendido os critérios para uma atuação em AP autônoma e responsável, embora as reflexões sobre a necessidade de melhoria na formação profissional não seja novidade em nosso país (MANFREDINI; ARGIMON, 2010; NORONHA, 2006; NORONHA; REPPOLD, 2010; SOSSAI et al, 2007).

Muitos exemplos de atuação inábeis vem se tornando de conhecimento de todos, e isso é preocupante, pois algumas avaliações servem de base para a tomada de decisões importantes, como no caso em que o Psicólogo atua junto ao poder judiciário. Alguns profissionais, inadvertidamente, por falta de orientação, vem cometendo erros consideráveis, como: uso de material já riscado ou uso de cópias no lugar do original; número excessivo de participantes para o espaço ou para a quantidade de avaliadores; uso de instruções diferentes das recomendadas pelos autores dos instrumentos; venda e divulgação ilegal de instrumentos próprios do psicólogo; uso de instrumentos não padronizados, entre outros (CFP, 2011).

Mas não é somente isso, os próprios profissionais, quando entram em exercício, assumem a necessidade de maior aprofundamento teórico e prático nas técnicas de avaliação, assim como na compreensão dos limites e do alcance de cada uma delas (MANFREDINI; ARGIMON, 2010) – como aponta o estudo de Paula, Pereira e Nascimento (2007) onde graduandos de Minas Gerais expressaram a insuficiência de conteúdos de AP na sua formação. Provavelmente por isso, os psicólogos do país têm buscado cada vez mais os cursos de especialização e

aqueles oferecidos em congressos de AP - os quais têm crescido rapidamente em quantidade (CFP, 2011; PRIMI, 2010).

De forma resumida, as críticas à atuação em AP se dividem entre as fases do processo avaliativo: o planejamento e aplicação das técnicas; a integração e interpretação dos dados e o uso e crítica dos mesmos em resposta ao avaliado e à sociedade. Manfredini e Argimon (2010) falam sobre a importância de os alunos terem oportunidades durante a graduação para se familiarizarem com os testes psicológicos, mas ressaltam a supervisão como fator de suma importância. Esses contatos supervisionados são a maneira de o graduando começar a aprender a utilizar as técnicas de AP, mas com um tutor que lhe oriente para o bom uso das mesmas.

Entretanto, não é suficiente apenas saber aplicar, mas também ter noção de como se elabora um instrumento e saber analisar os resultados que ele fornece. Para que isso aconteça, é preciso, em primeiro lugar, incentivar entre os alunos desde cedo a cultura do consumo de leitura de periódicos nacionais e estrangeiros, pois isso permite um uso consciente e crítico dos instrumentos de avaliação psicológica, já que a simples aprovação no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) não assegura que o instrumento possa ser usado em qualquer contexto, ou para qualquer finalidade. O ideal é que o profissional buque entre os estudos publicados acerca de determinado instrumento como deve ser o seu uso e qual é o seu alcance, com foco nos conceitos de validade, precisão e padronização (CFP, 2007).

Em segundo lugar, como a interpretação de um teste não está baseada unicamente em seu manual, é imprescindível preparar o graduando de variadas formas para que ele possa compreender e organizar as informações coletadas. Além disso, para garantir o respeito e o sigilo profissional, é importante que o profissional saiba apresentar os resultados no formato de documento específico para o fim que se pretende (laudos, relatórios e pareceres técnicos), conforme as orientações do Conselho Federal de Psicologia – CFP, contidas na Resolução 07/2003”, pois limitações na redação podem prejudicar todo o trabalho realizado. Neste aspecto, o profissional em psicologia também carece de treinamento, o que deixa a classe bastante preocupada, já que é por meio dos documentos escritos que, muitas vezes, o psicólogo expõe todo o conhecimento adquirido e as hipóteses formadas por meio da avaliação (CFP, 2011).

Ainda há outro ponto a ser discutido: a necessidade de o ser humano, frente a sua complexidade, ser compreendido por diversos olhares, por meio do trabalho em equipes inter e multidisciplinares. Para o psicólogo, a tarefa de trabalhar em equipe, em quaisquer contexto, requer, entre outras coisas, a habilidade de selecionar quais das informações colhidas na avaliação serão partilhadas com os outros profissionais integrantes da equipe e como elas podem contribuir para as ações que serão implementadas sobre a demanda.

Entretanto, antes de censurar como vem sendo o ensino em AP, é imprescindível reforçar que por muito tempo, em decorrência da própria história da AP no Brasil e no Mundo - como já foi colocado antes - as disciplinas na área da avaliação psicológica se debruçavam exclusivamente sobre a aplicação de testes, com a parte prática sendo exercida entre os próprios alunos da turma e os docentes ensinando através de materiais escritos por eles próprios (BRANDÃO, 2007; NORONHA; ALCHIERI, 2004; NORONHA et al, 2005) Até mesmo, a seleção dos professores para tais disciplinas era baseada naqueles psicólogos que tinham mais experiência com os testes – critério não ideal, pois já se sabe que o valor das informações obtidas com esses testes está na qualidade dos próprios instrumentos e, também, na competência do psicólogo de interpretá-los (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007).

Somado a isso, desde essa época, há incipientes materiais didáticos destinados especialmente para o ensino de avaliação psicológica, como livros-texto que possam ser usados como base pelos alunos de graduação em psicologia, como lembra Fonseca (2011) nos textos geradores do ano da AP, publicados pelo CFP. Dessa forma, em sua maioria, os psicólogos brasileiros não vinham sendo formados para compreender, pesquisar ou construir materiais (NORONHA; REPPOLD, 2010), ou seja, sem questionamentos para a justa aplicação e a necessária revisão dos mesmos. Por efeito, gera-se o descrédito nos testes e a desconfiança de sua realidade diagnóstica (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007).

O cenário da área foi se modificando ao longo dos anos, mais especialmente, a partir da segunda metade da década de 1990, quando, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e alguns Conselhos Regionais, os grupos de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) voltados para a área de avaliação, o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) e a Associação Brasileira de Rorschach e Outras Técnicas

Projetivas (ASBRo) organizaram reflexões com docentes de psicologia e representantes das instituições formadoras de diferentes regiões do país, com vistas a rever a preparação do psicólogo (CFP, 2011; PRIMI, 2010). Houve, por exemplo, o Encontro de Técnicas do Exame Psicológico, promovido pela USP, em São Paulo e o Encontro Nacional sobre Testes Psicológicos, promovido pela UFRGS e PUC-RS, em Porto Alegre. Tais eventos promoveram a interação e coordenação dos trabalhos de pesquisadores e profissionais da área, e em 2000, criou-se um espaço de discussão e troca de informações online entre eles, por meio do endereço “avalpsi@yahoo grupos.com.br” (PRIMI, 2010).

Esse contexto de discussões, revisões e resoluções fez germinar muitas mudanças tanto na forma de ensinar como no conteúdo a ser ensinado. Mas, ainda no início do século XXI, existiam profissionais que defendiam a saída dos conteúdos de AP dos cursos de graduação, devido a insegurança sobre os instrumentos e a remanescente visão tecnicista de Homem que essa área propagava. Todavia, como já dizia Fonseca, nos textos geradores publicados pelo CFP em 2011, “sendo a avaliação psicológica prática exclusiva do psicólogo, disciplinada por lei, deveria encerrar em si mesma razão suficiente para ser respeitada e estimulada no processo de formação desse profissional”.

Por isso, em 2002, foi publicado na revista Avaliação Psicológica, do IBAP, um documento intitulado Em defesa da Avaliação Psicológica, que bradava por mais incentivos para a área de AP na graduação, estimulava a formação continuada e sugeria conteúdos que deveriam fazer parte dos currículos de formação do psicólogo brasileiro (CFP, 2011; NORONHA; REPPOLD, 2010), entre os quais: teoria da medida e psicometria, avaliação da inteligência e da personalidade e prática de planejamento, execução e redação de resultados (NORONHA et al, 2002). Em outra publicação, agora em 2010, Noronha e colaboradores, com base em documentos internacionais, novamente recomendaram tópicos que deveriam ser considerados quando da formação em AP - dentre eles, a avaliação informatizada e o uso de situações ilustrativas que envolvam dilemas éticos, para fazerem os alunos refletirem sobre as novas realidades que à categoria são impostas atualmente. Em 2012, Nunes et al publicaram um artigo elencando as 27 habilidades que um aluno deveria adquirir nos cursos de graduação para um adequado processo de AP, e também sugeriram o que consideravam importante para as disciplinas teóricas e de

estágio, que serve de esboço para a construção das grades de cursos nas instituições de ensino superior.

O CFP sempre se esforçou para integrar seu trabalho a autores da área e a outras instituições científicas no sentido de ajudar os gestores dos cursos de graduação em Psicologia das instituições de ensino superior do país a lidarem com as transformações da própria Psicologia enquanto ciência e profissão, e ao modo como ela é ensinada (NORONHA, 2006). Nada obstante, muitos cursos possuem apenas uma ou duas disciplinas de testes, conforme Alves et al (2002), o que certamente não é tempo suficiente para a aprendizagem teórica e técnica dos instrumentos. Aliás, como já foi dito, a AP não se resume aos testes psicológicos, já que ela não tem caráter exclusivamente nosográfico.

Aliado a isso, devido às transformações da sociedade e crescimento da própria Psicologia, os cursos precisaram introduzir novas disciplinas em seus currículos, como Psicologia Hospitalar, do Esporte ou Jurídica. Isto fez com que o tempo de graduação ficasse insuficiente para que todas as áreas sejam bem apropriadas pelo aluno. E, com a mudança nas diretrizes curriculares nos cursos Psicologia, as quais trouxeram as ênfases nos últimos anos da graduação, os alunos que não optam por uma ênfase que trabalhe o tema da avaliação acabam com uma formação mais deficitária ainda nessa área.

Diante dessa realidade, ao publicar os textos geradores para as discussões do Ano Temático de AP, em 2011, o GT Avaliação Psicológica do CFP coloca como indispensável o mapeamento das necessidades de qualificação na área. O mapeamento é indispensável porque é sabido que os profissionais, especialmente os recém-formados, detêm dificuldades na prática de AP, mas é necessário conhecer quais lacunas na formação as fazem surgir, e quais fatores as fazem permanecer. Por isso, os contextos de formação se tornaram um dos eixos de debate no Ano Temático da Avaliação Psicológica, que envolveu toda a categoria, de todas as regiões do Brasil, entre 2011 e 2012 (CFP, 2011).

Nestes textos, se destaca uma colocação de Fonseca, que sintetiza as críticas trazidas quanto ao ensino de AP atualmente no Brasil:

Não pomos em questão o conhecimento da técnica; este é imprescindível. No entanto, algo mais é requerido quando se fala sobre avaliação psicológica: trata-se de requisito da ordem da postura, da visão de homem, do respeito à ética, da bagagem teórica necessária a uma compreensão ampliada de cada caso. Se assim não o fizermos, correremos o risco de cair

tão somente no olhar nosográfico, no controle de um indivíduo sobre outro, postura bastante perigosa por ser extremamente reducionista das potencialidades do ser humano (CFP, 2011).

Ainda, discutir sobre a o ensino de AP durante a formação dos psicólogos, implica uma conversa também sobre a Ética, pois, não basta saber se estamos avaliando o que pretendemos avaliar, mas também é preciso se preocupar com nossa postura profissional (BALBINOTTI, 2005). Assim também preconiza o Código de Ética do Psicólogo, em seu Art. 1º, onde se diz que faz parte dos deveres fundamentais dos psicólogos “assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente” (CFP, 2005).

Para que esse ideal de atuação seja possível, diante da realidade apresentada até aqui, se torna cada vez mais urgente levar a cabo a reflexão trazida pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2011, que nos coloca uma nova perspectiva sobre o ensino e prática da AP, no Brasil:

Talvez seja o momento de se pensar em um processo mais amplo e aprofundado de estudo e especialização, para então ser permitida a prática da avaliação psicológica, devendo vir a ser uma conquista de alguns psicólogos e não um direito legal de todos os formados (CFP, 2011).

Com isso, levanta-se a bandeira de que “a avaliação psicológica deveria ser uma área de interesse específico, exigindo-se, para tanto, formação também específica e, de alguma forma, fiscalizada, para que um padrão de qualidade seja mantido” (CFP, 2011). Isso ajudaria a aprimorar o conhecimento do profissional em psicologia acerca da AP, sem extrapolar o já escasso tempo da graduação com mais disciplinas da área. Não obstante, este intento já foi levado ao conhecimento do CFP, mas, segundo Primi (2010) e não foi acatado, porque o Conselho entende a AP como uma atividade profissional que perpassa todas as ações do psicólogo nos mais diferentes contextos de atuação.

Conquanto esse argumento seja forte e verdadeiro, devemos entender a AP não só como uma atividade, uma técnica, uma ação pontual, e sim como uma área importante para a Psicologia, por fazer a intersecção entre ciência e profissão, entre teorias e atuação na vida real das pessoas. Ademais, a criação da especialidade não tem o fito de vedar essa prática aos não especialistas, mas sim assumir que “existe um campo próprio de conhecimentos específicos” que precisam ser melhor

vistos e apreendidos durante a formação – que é o que vem sendo discutido ao longo de todo esse trabalho (PRIMI, 2010). Caso fosse aceita a proposta, seria preciso estimular seriamente as instituições de ensino superior a oferecerem mais cursos de pós-graduação em avaliação psicológica, pois eles ainda são escassos em nosso país (CFP, 2011).

Finalmente, se destaca mais um trecho das publicações do Ano Temático da Avaliação Psicológica, onde se encontra resumidamente o que se espera da atuação dos psicólogos na área de AP:

Um tempo futuro virá em que cada psicólogo será capaz de analisar por si próprio qual é o melhor instrumento para ser usado em um dado contexto e para um determinado propósito sem que tenha que consultar uma lista de testes com parecer favorável ou desfavorável. Aí então teremos tido êxito na formação dos profissionais que são registrados nos conselhos regionais e que trabalharão com diferentes segmentos da sociedade (CFP, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetivos do profissional psicólogo é promover uma melhor qualidade de vida e saúde às pessoas que são atendidas por ele. Para tanto, é basilar que passem por uma apropriada formação universitária e busquem um constante aperfeiçoamento teórico e técnico, especialmente na área de AP. O destaque para a AP se dá pela constatação de que os profissionais recém formados demonstram fragilidade na atuação na área, o que prejudica a oferta de serviços profissionais de qualidade.

Essa ponderação é preocupante, pois a AP faz parte de diversos contextos de atuação do profissional em Psicologia e cumpre um respeitável papel na formação acadêmica, ao estabelecer um caminho entre as teorias psicológicas e a prática, além de embasar a tomada de decisões importantes para diagnósticos e intervenções. Por isso, e além disso, a área é nuclear para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência. Assim sendo, é justificável que sejam provocadas tantas ponderações acerca dos processos de avaliação psicológica - principalmente daqueles que podem influenciar a vida das pessoas e o futuro da sociedade, já que causam impacto considerável.

O que se defende a respeito do ensino da AP, em particular neste estudo, é que a técnica, embora essencial, não seja o centro dos investimentos das disciplinas

na área, ou seja, que não tenhamos um olhar estritamente nosográfico. É imperativo propiciar ao formando o referencial teórico de base para entender e criticar os instrumentos de avaliação; para aplicá-los corretamente de acordo com a demanda e usar as informações colhidas da melhor maneira.

Entende-se que durante a graduação não há como ser ensinado todo o conhecimento produzido em AP, mas é urgente que os docentes e as equipes técnico-pedagógicas das instituições de ensino superior que zelam por uma formação de qualidade tornem-se mais implicados na melhoria do ensino da área durante os cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Por fim, coloca-se que mais estudos precisam ser feitos para reconhecermos as atuais necessidades dos psicólogos brasileiros em termos de formação, o que fundamentaria a reformulação dos currículos das graduações e das pós graduações no país. Além do mais, críticas a esse texto são bem vindas, como forma de aprimorar as discussões na área e promover o crescimento profissional da categoria.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. C. B.; ALCHIERI, J. C.; MARQUES, K. C. As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. **Psico-USF**, n. 7, p. 77-88, 2002.

BALBINOTTI, M. A. A. Para se avaliar o que se espera: reflexões acerca da validade dos testes psicológicos. **Aletheia**, Canoas, n. 21, p. 43-52, 2005.

BRANDÃO, E. O Ensino da Avaliação Psicológica na Formação Graduada do Psicólogo. **Avaliação Psicológica**, v. 6, n. 1, p. 91-93, 2007.

BRASIL. **Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962**: Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Contribuição para o Catálogo Brasileiro de Ocupação. 1992. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo_cbo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da Avaliação Psicológica: textos geradores. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha sobre Avaliação Psicológica. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 002/2003. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: <http://www2.pol.org.br/satepsi/CD_testes/pdf/Resolu%E7%E3o%20CFP%20n%BA%20002-03%20-%20sem%20anexo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 007/2003. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 010/2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Parecer n.º CNE/CES 0062/2004. Disponível em: < >. Acesso em: 11 ago. 2015.

JOLY, M. C. R. A. et al. Análise de Teses e Dissertações em Avaliação Psicológica Disponíveis na BVS-PSI Brasil. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**, n. 30 (1), p. 174-187, 2010.

MANFREDINI, V.; ARGIMON, I. I. de L. O Uso de Testes Psicológicos: A Importância da Formação Profissional. **Revista Grifos**, PUCRS, n. 28, 2010.

NORONHA, A. P. P e ALCHIERI, J. C. Conhecimento em Avaliação Psicológica. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 1, p. 43-52, 2004.

NORONHA, A. P. P. Os Problemas Mais Graves e Mais Frequentes no Uso dos Testes Psicológicos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 15, n. 1, p. 135-142, 2002.

NORONHA, A. P. P. Formação em Avaliação Psicológica: uma análise das disciplinas. **Interação em Psicologia**, n. 10, v. 2, p. 245-252, 2006.

NORONHA, A. P. P. et al. Em defesa da avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, n. 1, v. 2, p. 173-174, 2002.

NORONHA, A. P. P. et al. Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de Avaliação Psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 263-269, 2004.

NORONHA, A. P. P. et al. Ensino de avaliação psicológica em Instituições Ensino Superior brasileiras. **Universitas Ciências da Saúde**, v. 3, n. 1, p. 1-14, [200-].

NORONHA, A. P. P. et al. Sobre o Ensino de Avaliação Psicológica. **Avaliação Psicológica**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, 2010.

NORONHA, A. P. P.; REPPOLD, C. Considerações Sobre a Avaliação Psicológica no Brasil. **Psicol. Cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. esp., 2010.

NORONHA, A. P. P.; VENDRAMINI, C. M. M. Parâmetros psicométricos: estudo comparativo entre testes de inteligência e de personalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.16, n.1, p. 177-182, 2003.

NUNES, M. F. O. et al. Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, n. 11, v. 2, p. 309-316, 2012.

PAULA, A. V. de; PEREIRA, A. S.; NASCIMENTO, E. do. Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 12, n. 1, jun. 2007 .

PRIMI, R.; Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. esp., p. 25-35, [200-].

SOSSAI, B. L. O et al. Testes psicológicos mais conhecidos e utilizados por psicólogos de Umuarama/PR e região. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 149-137, 2007.